

SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO	25
------------------	----

Capítulo 2

INQUÉRITO POLICIAL: DA ORIGEM PRÉ-REPUBLICANA À RECOGNIÇÃO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICA	29
2.1. Constitucionalização do processo penal e processualização do inquérito policial	32
2.2. Sistemas processuais penais e investigação criminal: um olhar para além da dicotomia inquisitório-acusatório	40
2.3. Modelos de investigação criminal: por uma solução imbricada ao contexto jurídico e geopolítico nacional.....	47

Capítulo 3

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL: O PARADIGMA DA DIGNIDADE HUMANA	59
3.1. Funções do inquérito policial e dignidade humana: elo entre segurança pública e justiça criminal.....	61
3.2. Investigação criminal humanista: dignidade procedimental e mandamentos de otimização de princípios-garantias	68

Capítulo 4

DEVIDO PROCESSO LEGAL E INCIDÊNCIA DE GARANTIAS NO INQUÉRITO POLICIAL	73
4.1. Devido processo legal como cláusula de segurança: balizas da conduta estatal ultrajante e da Justiça Procedimental	75
4.1.1. Devida investigação criminal e intensidade na aplicação de garantias em sede policial	80

4.1.2.	A dependência da memória humana na investigação criminal: ponderações diante da interlocução com conhecimentos extrajurídicos.....	82
4.1.3.	Testemunhos extrajudiciais: o inquérito policial como procedimento preferencialmente oral e a superação da inquisitorialidade escrita.....	93
4.1.3.1.	Técnicas de entrevista investigativa: ferramenta de compatibilização com a devida investigação criminal	107
4.1.4.	Microssistema de proteção a vítimas e testemunhas: caminhos para uma abordagem humanista e epistêmica.....	118
4.1.4.1.	Lei Maria da Penha: dignidade procedimental no subsistema de proteção às mulheres.....	121
4.1.4.2.	Lei de Depoimento Especial e Lei Henry Borel: dignidade procedimental no subsistema de proteção às crianças e adolescentes	135
4.1.4.3.	Obrigações positivas: devida diligência investigativa	152
4.1.5.	Reconhecimento de pessoas: novo olhar para a produção probatória no inquérito policial	159
4.2.	Legalidade: de preceito normativo positivo a garantia mínima na atuação investigatória criminal.....	173
4.2.1.	Natureza e regime jurídico do inquérito policial: de procedimento administrativo pré-processual para etapa extrajudicial do processo penal.....	176
4.2.2.	Oficiosidade: superando o mito irracional da obrigatoriedade de instauração do inquérito policial	178
4.2.2.1.	Investigações preliminares sumárias: contenção pela justa causa para a instauração de inquéritos policiais.....	192
4.3.	Vedação às provas ilícitas: os vícios do inquérito policial e a blindagem da ação penal	205
4.3.1.	Provas e elementos informativos: propostas para lidar com a ficção jurídica das provas repetíveis.....	212
4.4.	Estado de inocência: por um dimensionamento nos atos do inquérito policial.....	221
4.4.1.	Atos e juízos decisórios do inquérito policial: desconstrução do aforismo <i>in dubio pro societate</i>	224
4.5.	Reserva jurisdicional: a proteção a direitos fundamentais a partir das medidas cautelares e a capacidade postulatória do delegado de polícia.....	227
4.5.1.	Medidas cautelares: o inquérito policial como espaço principal de aplicação da reserva jurisdicional.....	231
4.6.	Contraditório: preceito (im)possível na investigação preliminar?	241

4.6.1. Superação do rótulo da inquisitorialidade e o caráter apurativo como contraponto garantista	245
4.7. Ampla defesa: relutâncias e avanços à participação do investigado e da defesa técnica.....	247
4.7.1. Uso de força letal por agentes estatais: citação e constituição de defesa técnica no inquérito policial.....	251
4.7.2. Indiciamento: propostas para a demarcação de garantias	255
4.8. Não autoincriminação: inquérito policial como palco principal de pertinência	264
4.8.1. Interrogatório policial e confissões: contenções e parametrizações garantistas	267
4.9. Igualdade das partes (paridade de armas): entre atuações insuficientes, supletivas ou sobrepostas	277
4.9.1. Investigação criminal direta pela acusação: convalidação jurisprudencial, apuração enviesada e desequilíbrio de forças	277
4.9.2. Investigação criminal defensiva: balanceamento na repartição de poderes e o direito de defender-se provando	284
4.10. Publicidade: transparência e modulação do acesso aos autos investigatórios.....	289
4.10.1. Publicidade restringível: entre o segredo arbitrário e o espetáculo sensacionalista.....	291
4.10.2. Sigilo interno e dever de divulgação do material probatório	303
4.11. Motivação: contornos para o controle de decisões no inquérito policial.....	306
4.11.1. Condução da investigação criminal: pela consolidação da autonomia funcional (ou independência técnico-jurídica) do delegado de polícia	309
4.12. Imparcialidade: isenção e desvinculação dos sujeitos parciais	316
4.12.1. Pela suplantação da visão unidirecional do inquérito policial.....	318
4.13. Delegado de polícia natural: segurança jurídica para investigadores e investigados.....	321
4.13.1. Investigante natural: recalcitrâncias à proposição lógica e garantista	323
4.14. Duração razoável do processo: conciliação entre garantias e eficiência na investigação criminal.....	325
4.14.1. Encerramento do inquérito policial: a autonomia como atributo garantista	333
4.14.2. Casos penais de menor potencial ofensivo: descompassos hermenêuticos em detrimento dos espaços de garantias	338

Capítulo 5

CONCLUSÕES.....	349
REFERÊNCIAS	359
POSFÁCIO	399